



16 DE AGOSTO DE 2018

Quinta-feira

- FALTA TRABALHO PARA 27,6 MILHÕES DE BRASILEIROS, APONTA IBGE
- NÚMERO DE PESSOAS QUE DESISTIRAM DE PROCURAR EMPREGO BATE RECORDE
- STF JULGA NESTA QUINTA SE TODOS OS SERVIÇOS DE UMA EMPRESA PODEM SER TERCEIRIZADOS
- SUPREMO PODE DAR MAIS CLAREZA A REFORMA TRABALHISTA. OU NÃO
- ELETOBRAS QUER CORTAR ATÉ 3 MIL VAGAS; PLANO DE DEMISSÃO TEM 736 ADESÕES
- PROPOSTA DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TST PARA EVITAR GREVE É ACEITA POR UNANIMIDADE POR CORREIOS E EMPREGADOS
- MDIC LANÇA NOVA PLATAFORMA ONLINE DE CONSULTA A DADOS DE COMÉRCIO EXTERIOR, O COMEXSTAT
- BNDDES PEDE DISCUSSÃO RACIONAL SOBRE FINANCIAMENTO A EXPORTAÇÕES
- DISPUTA COMERCIAL ENTRE CHINA E EUA PODE AFETAR EMPREGO E RENDA NO BRASIL, DIZ MINISTRO
- Equador quer acordo razoável e simétrico de investimentos com o Brasil
- EMPRESA DO FUTURO É FLEXÍVEL E 'CLIENTOCÊNTRICA'
- PROPOSTA DE CIRO PARA DEVEDORES PODE INCLUIR PEQUENA E MÉDIA EMPRESA
- LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS DEVE IMPOR MUDANÇA CULTURAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS
- LENTA RETOMADA TAMBÉM AFETA EMPRESAS CAMPEÃS DE MELHORES E MAIORES
- CNC CORTA EM 75% ESTIMATIVA PARA ABERTURA DE LOJAS EM 2018
- MILIONÁRIOS BRASILEIROS ATINGEM R\$ 1 TRILHÃO EM INVESTIMENTOS
- MINISTRO VOLTA A DEFENDER REDUÇÃO DO SUBSÍDIO NA CONTA DE LUZ

- PIB NO VERMELHO NO 2º TRIMESTRE NÃO É CONSENSO, MAS PROJEÇÕES PARA O ANO PIORAM
- INDICADOR ANTECEDENTE DA FGV FICA ESTÁVEL EM JULHO ANTE JUNHO
- ENERGIA, SAÚDE, TARIFA DE ÔNIBUS E CONDOMÍNIO PRESSIONAM IPC-S
- ANBIMA: APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE PESSOA FÍSICA CRECEM 9% NO 1º SEMESTRE
- NISSAN SOFRE MENOS QUE VOLKSWAGEM COM ESCÂNDALO DAS EMISSÕES DE POLUENTES
- ANP APROVA MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE PREVÊ MAIOR TRANSPARÊNCIA EM PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS
- USIMINAS RETOMA PRODUÇÃO DE ALTO-FORNO E LAMINADORES EM IPATINGA
- CAMINHÕES E ÔNIBUS TERÃO METAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- LOGÍSTICA VAI PASSAR POR PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO
- FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS NOVOS AVANÇAM 15% EM JULHO NA COMPARAÇÃO ANUAL

CÂMBIO		
EM 16/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,900	3,908
Euro	4,440	4,443

Fonte: BACEN

Falta trabalho para 27,6 milhões de brasileiros, aponta IBGE

16/08/2018 – Fonte: G1

Taxa de força de trabalho subutilizada fica estável no 2º trimestre, em 24,6%. Número de desempregados cai, mas total de brasileiros que desistiram de procurar emprego bate novo recorde e chega a 4,8 milhões.

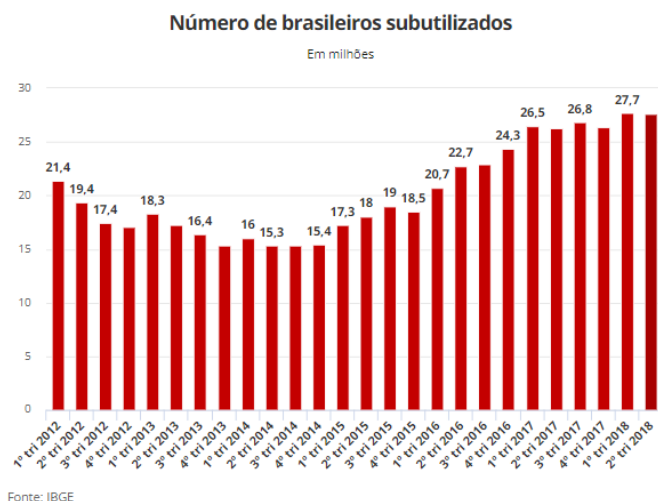
No Brasil, falta trabalho atualmente para 27,6 milhões de brasileiros. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) trimestral divulgada nesta quinta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,6 % no 2º trimestre de 2018.

"O resultado ficou estatisticamente estável em relação ao primeiro trimestre de 2018 (24,7%) e subiu na comparação com o segundo trimestre de 2017 (23,8%)", destacou o IBGE.

O grupo de trabalhadores subutilizados reúne os desempregados, aqueles que estão subocupados (menos de 40 horas semanais trabalhadas), os desalentados (que desistiram de procurar emprego) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

Apesar da queda no número de desempregados no 2º trimestre, a pesquisa do IBGE mostra que aumentou o número dos que trabalham menos do que gostariam, que saíram da força de trabalho por algum motivo pessoal ou familiar, ou que simplesmente desistiram de procurar alguma ocupação.

Número de brasileiros subutilizados



Veja o que são considerados trabalhadores subutilizados e quantos estavam nessa condição no 2º trimestre de 2018:

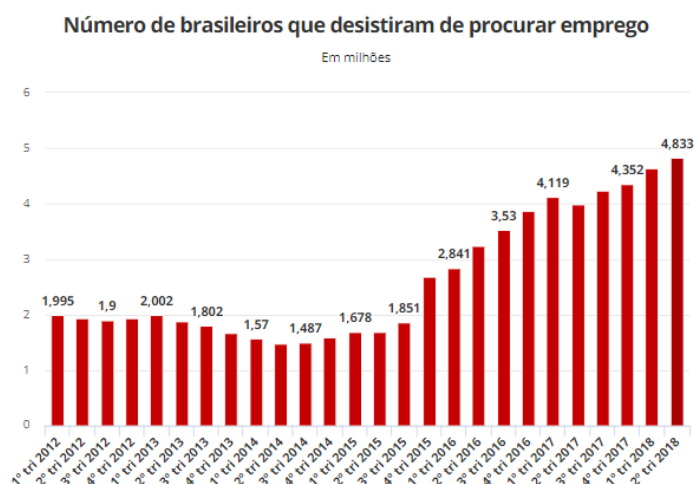
- **13 milhões de desempregados:** pessoas que não trabalham, mas procuraram empregos nos últimos 30 dias;
- **6,5 milhões de subocupados:** pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais;
- **8,1 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham** (força de trabalho potencial): grupo que inclui **4,8 milhões de desalentados** (que desistiram de procurar emprego) e outras **3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade** por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos.

Desalento recorde

Segundo o IBGE, o número de desalentados bateu novo recorde e atingiu 4,8 milhões no 2º trimestre, 203 mil pessoas a mais em relação ao 1º trimestre. Já o número de subocupados subiu para 6,5 milhões contra 6,2 milhões nos 3 primeiros meses do ano.

O percentual de pessoas que desistiram de procurar trabalho em relação a população na força de trabalho ficou em 4,4% no 2º trimestre, também a maior marca da série histórica da pesquisa, iniciada em 20125.

Número de brasileiros que desistiram de procurar emprego



Fonte: IBGE

60,2% dos desalentados estão no Nordeste

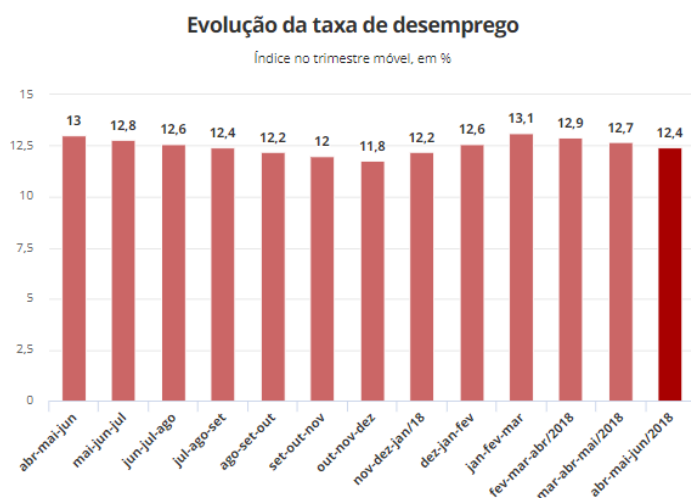
Entre as unidades da federação, Alagoas (16,6%) e Maranhão (16,2%) registraram a maior taxa de desalento.

A Região Nordeste concentra 60,2% dos desalentados do país. Lá, são 2,9 milhões de pessoas que desistiram de procurar por trabalho. O Sudeste aparece em 2º lugar, com 1 milhão de desalentados (20,8% do total).

A taxa de desemprego recuou para 12,4% no 2º trimestre, ante 13,1% no 1º trimestre, segundo já havia sido divulgado anteriormente pelo IBGE. A queda da taxa de desemprego, entretanto, tem sido puxada pela geração de postos informais e pelo grande número de brasileiros fora do mercado de trabalho.

O número de brasileiros fora da força de trabalho (que não trabalham nem procuram), entretanto atingiu o recorde de 65,6 milhões, um aumento de 1,2% em 3 meses ou de 774 mil pessoas. Já o número de trabalhadores com carteira é o menor já registrado pelo IBGE.

Evolução da taxa de desemprego



Fonte: IBGE

Análise por regiões

Piauí (40,6%), Maranhão (39,7%) e Bahia (39,7%) apresentaram as maiores taxas de subutilização. Já as menores foram registradas em Santa Catarina (10,9%), Rio Grande do Sul (15,2%) e Rondônia (15,5%).

Número de pessoas que desistiram de procurar emprego bate recorde

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Desalento no país chegou a 4,8 milhões de pessoas no segundo trimestre

O número de pessoas que desistiu de procurar trabalho no país bateu recorde no segundo trimestre de 2018, chegando a 4,833 milhões de pessoas, 203 mil a mais do que o recorde anterior, do primeiro trimestre.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desalento, que reúne as pessoas que desistiram de procurar trabalho, chegou a 4,4%, a maior da série histórica iniciada em 2012.

A alta ocorre em um trimestre de queda do desemprego: no período de três meses encerrado em junho, a taxa de desemprego foi de 12,4%, contra 13,1% nos três primeiros meses do ano.

No segundo trimestre de 2018, as maiores taxas de desocupação entre as unidades da federação foram: Amapá (21,3), Alagoas (17,3%), Pernambuco (16,9%), Sergipe (16,8%) e Bahia (16,5%). As menores taxas de desocupação foram observadas em Santa Catarina (6,5%), Mato Grosso do Sul (7,6%), Rio Grande do Sul (8,3%) e Mato Grosso (8,5%).

A queda no emprego está relacionada ao movimento que tem se repedido no mercado de trabalho brasileiro. O aumento de vagas registrado no período esteve baseado principalmente na geração de vagas informais.

No segundo trimestre, a taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui os desempregados, os desalentados e pessoas que gostariam de trabalhar mas não procuraram emprego foi de 24,6%, estável em relação ao trimestre anterior.

Ao todo, 27,6 milhões de pessoas estavam nestas condições. No primeiro trimestre, foram 27,7 milhões, o maior número da série histórica.

STF julga nesta quinta se todos os serviços de uma empresa podem ser terceirizados

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Supremo analisa processos de repercussão geral relacionados ao tema; entenda



Carteira de trabalho e previdência social - Gabriel Cabral/Folhapress

O STF (Supremo Tribunal Federal) julga nesta quinta-feira (16) se todos os serviços de uma empresa podem ser terceirizados, inclusive a atividade-fim, possibilidade aberta pela chamada Lei da Terceirização e reforçada pela reforma trabalhista, em vigor desde novembro.

A corte não vai entrar no mérito dessas leis, mas a previsão é que aprecie três processos relacionados à terceirização, sendo que dois deles têm caráter de

repercussão geral, isto é, o entendimento do Supremo será aplicado aos demais casos do gênero.

As ações chegaram ao STF por solicitação de empresas ou entidades patronais que defendem o reconhecimento da terceirização ampla.

“Os ministros não vão avaliar a reforma trabalhista, porque as ações são anteriores a ela, mas eles darão uma luz do que o Supremo considera constitucional ou não em relação a esse assunto”, diz o advogado Gustavo Ramos, sócio do Mauro Menezes Advogados. O escritório está envolvido nos três processos, representando a contraparte de trabalhadores ou como amicus curie (interessado, sem ser parte do processo).

Ricardo Calcini, professor de direito do trabalho, explica que o STF analisará três aspectos principais nas ações: os limites da terceirização (atividade-meio e/ou atividade-fim), liberdade de contratação do empresário e respeito à livre iniciativa econômica e as responsabilidades das tomadoras de serviços.

A primeira ação a ser julgada (ADPF 324), que não é de repercussão geral, foi ajuizada pela Abag (Associação Brasileira do Agronegócio). A associação questiona a Súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que inibe a terceirização de atividade-fim.

O objetivo da associação é demonstrar que decisões da Justiça do Trabalho de barrar a terceirização violam "preceitos constitucionais fundamentais da legalidade, da livre iniciativa e da valorização do trabalho".

O segundo processo (RE 958252), cujo relator é o ministro Luiz Fux, foi movido pela empresa Cenibra (Celulose Nipo Brasileira) contra um acórdão da 8ª turma da TST que considerou ilícita a terceirização contratada pela empresa.

A condenação do TST foi feita com base na Súmula 331 "tendo em vista a transferência fraudulenta e ilegal, pela reclamada, de parte de sua atividade-fim, com o nítido propósito de reduzir custos de produção".

A Cenibra alega que o conceito de atividade-fim não encontra respaldo, limitação ou definição precisa em lei.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), que é amicus curie neste processo, afirma que a terceirização não é uma forma de contratação de trabalhadores para burlar a legislação trabalhista, mas "uma opção estratégica de ordenação do processo produtivo da empresa imposta pelas novas exigências do mercado global, cada vez mais competitivo."

Para a CNI, as restrições da Súmula 331 "atropelam efetivamente o princípio da legalidade, e por se tratar de fonte legislativa imprópria, cria tensões e gera instabilidade nas relações contratuais".

A confederação defende ainda que a proibição genérica de terceirização, baseada na interpretação do que seria a atividade-fim, fere a liberdade de livre iniciativa das empresas.

O terceiro processo (ARE 791.932), sob relatoria de Alexandre de Moraes, é relacionado à terceirização em call centers. A ação teve origem pela reclamação trabalhista de uma atendente contratada pela Contax S.A., prestadora de serviços de call center, para atuar como terceirizada.

O TST concordou com a decisão que reconheceu vínculo de emprego entre a funcionária e a empresa de telefonia tomadora do serviço e considerou ilícita a terceirização, já que o serviço prestado foi considerado atividade-fim.

A empresa, hoje chamada Liq Corporação S/A, alega no Supremo que o TST deixou de analisar, na decisão, o artigo 94 da lei 9.472/97, das telecomunicações. O texto permite ao setor "contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço."

A PGR (Procuradoria-Geral da República) ofereceu parecer contrário aos recursos nos três casos.

O DIREITO NO TEMPO

Para Ramos, a liberação da terceirização de atividade-fim contraria uma série de princípios constitucionais como, por exemplo, o da saúde e do trabalho digno, da proteção do trabalhador, do valor social do trabalho e da função social da empresa.

"As ações são diferentes. Pode ser que, por conta de procedimentos de julgamentos e singularidades dos processos, nem todos tenham um parecer favorável [contrário à terceirização da atividade-fim], mas se uma só reconhecer que a terceirização irrestrita é inconstitucional, é uma ótima sinalização para toda a Justiça", opina.

Embora o STF não trate diretamente da Lei da Terceirização e da reforma trabalhista, Calciní diz acreditar que a corte possa se posicionar sobre os assuntos. "É possível que o STF já adentre nessa discussão, acenando pela constitucionalidade ou não de tais leis."

Otávio Pinto e Silva, sócio do Siqueira Castro e professor de direito da USP, observa que, se o STF reconhecer a ampliação da terceirização, precisará determinar como será a aplicabilidade de sua decisão não só em relação às decisões e contratos futuros, mas também sobre contratos e casos vigentes enquanto a jurisprudência do TST era outra.

"Não há como dizer que decisões tomadas ou casos que aguardavam julgamento sob a jurisprudência do TST, que hoje é majoritariamente pela terceirização restrita, serão anulados. Esse acervo de ações no 'passado' também terá que ser modulado pelo Supremo", afirma.

Supremo pode dar mais clareza a reforma Trabalhista. Ou não

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

O Supremo Tribunal Federal julga nesta quinta-feira um dos pontos centrais da reforma: se todos os serviços de uma empresa podem ser terceirizados

Tida pelo presidente Michel Temer como uma das grandes vitórias de seu governo, a reforma trabalhista completa nove meses trazendo mais dúvidas que certezas.



O Supremo Tribunal Federal julga nesta quinta-feira um dos pontos centrais da reforma: se todos os serviços de uma empresa podem ser terceirizados, incluindo a atividade-fim.

A Corte vai apreciar três processos protocolados por empresas e entidades patronais antes da aprovação da nova lei. Ainda assim, sua posição deve servir para trazer mais segurança jurídica para a nova lei — ou para nublar ainda mais seus efeitos.

A primeira ação é da Associação Brasileira do Agronegócio, e visa mostrar que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não pode barrar a terceirização da atividade-fim. A segunda ação é da fabricante de celulose Cenibra e também questiona um veto do TST; a terceira ação foi movida por uma atendente contratada pela empresa de call center Contax.

A reforma trabalhista foi sancionada pelo presidente Michel Temer em julho do ano passado e entrou em vigor em novembro. O período de 120 dias entre um e outro evento, na teoria, serviu para que empresários e empregados conhecessem o novo texto e também para que o próprio Temer fizesse prometedos ajustes, via medidas provisórias. Mas os ajustes nunca foram feitos, e a lei continua trazendo mais dúvidas do que certezas.

Em linhas gerais, o texto permite a terceirização das atividades-fim, dá mais poder ao combinado entre empregadores e empregados, e retira poder dos sindicatos com o fim do imposto sindical. Entre os pontos polêmicos que não foram esclarecidos pelo presidente estão uma regulação mais clara da jornada intermitente e licença para gestantes em ambientes de insalubridade.

Advogados especialistas em direito do trabalho afirmam que pontos de dúvidas são naturais em novas legislações, e devem ficar mais claros com o posicionamento do judiciário em cada caso.

Quase um ano após a entrada em vigor da nova lei, outro de seus efeitos ficou na promessa: a geração de empregos. Henrique Meirelles, ministro da Fazenda na época e atual candidato à Presidência, afirmou que a reforma geraria 6 milhões de empregos. Mas o desemprego não caiu, e segue perto dos 13%.

Se o Supremo trazer mais clareza sobre os efeitos da nova lei, ganham todos, empregadores, empregados e o país.

Eletrobras quer cortar até 3 mil vagas; plano de demissão tem 736 adesões

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Presidente da estatal diz que economia com demissões chega R\$ 231 milhões no ano

A estatal Eletrobras prevê poder cortar até 3 mil vagas de emprego neste ano, devido à implementação de um centro de serviços compartilhados e de um sistema de gestão na companhia, disse nesta quarta-feira (15) o presidente da empresa, Wilson Ferreira, em teleconferência com acionistas e investidores.



Presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior - Ueslei Marcelino/Reuters

O executivo afirmou que, dessas vagas, 736 já foram eliminadas após um plano de demissão consensual (PDC) lançado pela empresa, o que deverá possibilitar uma economia anual de R\$ 231 milhões.

“Até o final desse ano, o potencial de redução de quadros é na casa de 2,5 mil a 3 mil, e tivemos até o momento 736”, explicou Ferreira.

Ele adicionou que o programa será reaberto para novas adesões no segundo semestre. “Teremos pelo menos mais uma abertura no segundo semestre, podendo ser duas. Já temos autorização para fazer uma segunda”, disse.

Proposta da Vice-Presidência do TST para evitar greve é aceita por unanimidade por Correios e empregados

16/08/2018 – Fonte: TST (publicado em 15-08-2018)

Proposta da Vice-Presidência do TST para evitar greve é aceita por unanimidade por Correios e empregados

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e as entidades sindicais que representam seus empregados aprovaram, por unanimidade, a proposta de acordo coletivo apresentada pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva.

As federações de trabalhadores comunicaram a aceitação à Vice-Presidência, responsável pela condução do procedimento de mediação e conciliação pré-processual. Esta é a primeira vez em mais de duas décadas que os Correios e as representações sindicais chegam a um consenso sem a realização de greve.

Conforme a proposta, no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2018/2019 serão mantidas as cláusulas do instrumento de 2017/2018 e haverá reajuste salarial de 3,68%, correspondente à inflação medida pelo INPC entre as duas datas-base.

O percentual vai incidir sobre o salário-base e sobre todas as vantagens que o levam em consideração. Também são contempladas, com igual índice, as vantagens previstas no ACT antigo: auxílio para dependentes com deficiência, reembolso-creche e reembolso-babá, vale-refeição/alimentação/cesta, vale extra, vale-transporte, jornada de trabalho in itinere e gratificação de quebra de caixa.

Plano de saúde

Uma das dúvidas manifestadas pelos empregados dizia respeito à possibilidade de alterações na cláusula 28, que trata do plano de saúde.

O ministro, no entanto, explicou que tudo o que consta da cláusula 28 e seja compatível com a futura decisão judicial no processo [DC-1000295-05.2017.5.00.0000](#) deve ser considerado como parte proposta, e o que for incompatível não faz parte da proposta. O processo de dissídio coletivo envolve o custeio do benefício.

O ministro Renato Paiva vai designar audiência para a assinatura do acordo.
(GS/CF)

Processo: [PMPP-1000562-40.2018.5.00.0000](#)

Leia mais:

7/8/2018 - [TST apresenta proposta de conciliação para evitar greve dos Correios](#)

MDIC lança nova plataforma online de consulta a dados de comércio exterior, o ComexStat

16/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 15-08-2018)

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima, lançou nesta quarta-feira, a nova plataforma que substitui o Aliceweb, atual sistema de consultas on-line de estatísticas de comércio exterior do governo brasileiro.

A apresentação ocorreu durante o Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), no Rio de Janeiro. O evento, organizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), reúne até amanhã representantes do governo e do setor produtivo.

Em sua fala de abertura, o ministro explicou que entre as principais mudanças da nova plataforma está o acesso direto aos dados, sem a necessidade de realizar cadastro, como exigia o Aliceweb. Outra novidade é que o ComexStat é responsivo, ou seja, funciona de desktops, tablets ou celulares.

Marcos Jorge também destacou os desafios para tornar o comércio exterior mais competitivo. Segundo o ministro, o diálogo e o fortalecimento das relações com mais de 15 países, entre eles China e Estados Unidos - importantes parceiros comerciais do Brasil -, oferecem a possibilidade de melhor acesso para as exportações brasileiras a países que representam metade do PIB mundial.

O ministro citou também as ações que vêm sendo realizadas em relação à agenda regulatória de comércio exterior. Durante a última edição do diálogo comercial entre Brasil e Estados Unidos, em Washington, no começo de agosto, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre boas práticas regulatórias que irá contribuir para o aumento da compreensão dos sistemas de regras do Brasil e dos Estados Unidos, além de promover o comércio e os investimentos bilaterais, disse.

O presidente da Associação de Comércio Exterior (AEB), José Augusto de Castro, destacou a necessidade de se ampliar a pauta exportadora brasileira. "Precisamos exportar mais manufaturados. Não queremos só atender os importadores, queremos gerar demandas", disse.

Também participaram da abertura do Enaex o ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas; o diretor da CNC, Rubens Medrano; e o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi (CNI).

Agenda

De manhã, o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto, assinou um documento em que o MDIC se compromete a implementar a metodologia conhecida como "Rota Global" no Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). Desenvolvido pela CNI, o Rota Global oferece consultoria completa para empresas não exportadoras empreenderem no mercado internacional.

Abrão também participou, ao lado da secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho, do painel "Fatores para eliminar ou reduzir o Custo Brasil e elevar a competitividade externa".

Às 14h, o diretor do Departamento de Estatísticas e Apoio à Exportação, Herlon Brandão, dará um workshop sobre o ComexStat. Às 15h30, o diretor do Departamento de Operações em Comércio Exterior, Renato Agostinho, participa de um painel sobre drawback.

Ainda de manhã, o ministro Marcos Jorge participou de sessão solene na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) onde recebeu a Medalha Tiradentes, maior honraria do poder legislativo do estado do Rio de Janeiro.

Comex Stat: dados de estados e municípios

Com o lançamento do ComexStat, os dados de comércio exterior de estados e municípios não serão mais divulgados em formato Excel. As informações que eram disponibilizadas em planilhas poderão ser obtidas no ComexStat, no Comex Vis e na página da secretaria de Comércio Exterior do MDIC em "Base de Dados" ou "Séries Históricas".

BNDES pede discussão racional sobre financiamento a exportações

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Operações passaram a ser questionadas após calotes dos governos da Venezuela e de Moçambique

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Dyogo Oliveira, disse nesta quarta (15) que o banco discute com o TCU (Tribunal de Contas da União) um manual de procedimentos para financiamento às exportações de serviços, operações que passaram a ser questionadas após calotes dos governos da Venezuela e de Moçambique.

Em discurso no Encontro Nacional de Comércio Exterior, Oliveira defendeu uma discussão racional sobre o tema, que é alvo também na campanha eleitoral. "A população precisa ter clareza sobre o que é isso [exportação de serviços] e como funciona", afirmou Oliveira, ressaltando que os contratos incluem a venda de equipamentos para outros países.

Os contratos de exportação de serviços do BNDES começaram a ser questionados após a Operação Lava Jato, já que envolviam empresas investigadas pelo Ministério Público. Ganhou o debate político com críticas sobre o foco em países aliados dos governos petistas, com destaque para os US\$ 682 milhões emprestados para a construção do Porto de Mariel, em Cuba.



Obras no porto de Mariel, que foi construído com financiamento do BNDES, em Havana - Liu Bin/Xinhua

O TCU está investigando os contratos - auditoria do tribunal indicou que foram concedidos descontos maiores do que os permitidos nos juros de contratos com Cuba e com a Venezuela. Oliveira ressaltou, porém, que até agora, não há acusações de corrupção a empregados do BNDES.

Nas discussões com o TCU, disse ele, a ideia é estabelecer regras que reduzam os riscos para o banco e para o país, dá garantia aos empréstimos por meio do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), acionado nos casos de calote da Venezuela e de Moçambique.

"Momentaneamente [o seguro do FGE] está tendo algum sinistro. Mas precisamos colocar em perspectiva", comentou ele, frisando que o BNDES ainda financia apenas 3% das exportações de serviços brasileiras, enquanto na China o banco local de fomento chega a 19% e na Coreia, a 48%. "Não podemos deixar de ter esse instrumento", afirmou ele.

Oliveira adiantou que o BNDES prepara uma audiência pública, em conjunto com o TCU, para debater as normas de transparência das operações de financiamento do banco. O objetivo é discutir com a sociedade a ampliação da quantidade de informações sobre os contratos do banco.

Disputa comercial entre China e EUA pode afetar emprego e renda no Brasil, diz ministro

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Maiores economias do mundo estão em disputa que envolve sobretarifas nas importações de diversos produtos

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, disse nesta quarta-feira (15) que a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos pode causar efeitos "nefastos" para o comércio global, resultado em perda de emprego e renda, inclusive para o Brasil.

"O resultado de disputas comerciais entre EUA e China pode ser nefasto e com consequências para todo o mundo [...]O uso de medidas unilaterais geram insegurança e podem levar a redução de emprego e renda no Brasil", disse ele na abertura de um encontro de exportadores que acontece do Rio de Janeiro.

Após repetidas ameaças do presidente Donald Trump, a guerra comercial com a China se concretizou.

Os Estados Unidos anunciaram a imposição de tarifas de milhões de dólares a vários produtos chineses, provocando represália imediata de Pequim, que denunciou "a maior guerra comercial da história econômica".

No começo de julho entraram em vigor as sobretaxas punitivas decididas pelo presidente americano Donald Trump, sobre um total de US\$ 50 bilhões de importações chinesas, que incluem automóveis, discos rígidos e componentes de aviões.

A China reagiu de imediato e disse ser "obrigada a tomar as contramedidas necessárias" para "defender os interesses fundamentais do país e de sua população", conforme nota divulgada pelo Ministério chinês do Comércio.

DESEMPREGO

A taxa oficial de desemprego do país ficou em 12,4% no segundo trimestre. O resultado representa queda em relação ao verificado no primeiro trimestre do ano, quando a taxa foi 13,1%. Os dados são da Pnad Contínua.

Apesar da desaceleração no segundo trimestre, o contingente fora da força de trabalho chegou a 65,6 milhões, alta de 1,2% sobre o período anterior e o mais alto da série histórica do IBGE, iniciada em 2012, informou o órgão nesta terça-feira (31).

Equador quer acordo razoável e simétrico de investimentos com o Brasil

16/08/2018 – Fonte: Exame (publicado em 15-08-2018)

Pacto será discutido em na próxima sexta, em Brasília, entre o chanceler do Equador, José Valencia, e o ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes



O governo do Equador informou nesta quarta-feira que quer estabelecer um acordo de investimentos com o Brasil que possua um nível razoável e simétrico de proteção.

O pacto será discutido em uma reunião marcada para a próxima sexta-feira, em Brasília, entre o chanceler do Equador, José Valencia, e o ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes.

A reunião faz parte do terceiro encontro do Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países.

Segundo o governo do Equador, será discutida a possibilidade de firmar um novo acordo bilateral de investimentos que "proteja a capacidade reguladora do Estado e atraia investimentos produtivos e estratégicos". Para a diplomacia equatoriana, também é preciso haver "nível razoável e simétrico de proteção".

O chanceler equatoriano também colocará em pauta a possibilidade de ampliar as exportações do país para o Brasil, facilitando, sobretudo, o comércio de produtos como o camarão e a banana.

A cooperação brasileira em cooperação é outro dos itens da pauta de Valencia, que quer aproveitar a tradicional parceria dentro do projeto de reabertura da Academia Diplomática Equatoriana.

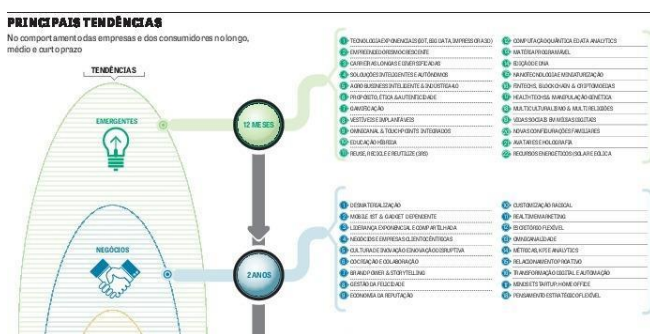
O encontro servirá para que os dois chanceleres debatam temas de interesse comum, como a organização para comemorar os 20 anos do acordo de paz entre Equador e Peru, do qual o Brasil foi mediador.

Nunes e Valencia também discutirão a imigração dos venezuelanos, a situação da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OCTA), a integração regional e outros assuntos da ordem mundial de interesses dos dois países, de acordo com o governo do Equador.

Empresa do futuro é flexível e 'clientocêntrica'

16/08/2018 – Fonte: DCI

Soluções inovadoras nas áreas da tecnologia, comportamento e cultura já estão norteando a transformação empresarial calcada em reputação, flexibilidade e colaboração



Henrique Julião • São Paulo

Uma ampla gama de tendências tecnológicas, comportamentais e culturais está exercendo influência decisiva sobre a dinâmica global de consumo, em movimento que se acirrará na próxima década.

Dentro das empresas, tais mudanças já estão exigindo uma abordagem inovadora, flexível e 'clientocêntrica' durante a concepção de novos negócios, produtos, serviços e marcas.

Essa é a conclusão da Inova Consulting após mapeamento dos principais trends do planeta até 2030. "Nosso objetivo é saber como empresas podem se aproveitar dessas

tendências, melhorando negócios”, explicou o CEO da consultoria de negócios, Luis Rasquilha – que também faz um aviso. “Muitos destes aspectos estão acontecendo e devem se manifestar com mais força nos próximos anos”.

Este é o caso das tendências classificadas como emergentes pela Inova Consulting. Capazes de gerar “grande disrupção em 12 ou 24 meses”, os aspectos englobam tanto tecnologias como vestíveis, inteligência artificial, internet das coisas, criptomoedas e *blockchain* quanto conceitos como gamificação, educação híbrida, empreendedorismo, individualidade e multiculturalismo.

Ao **DCI**, Rasquilha explicou que os temas emergentes não surgem do zero, mas de mudanças comportamentais motivadas por *mega trends* – ou as grandes tendências globais. Fazem parte desta lista a conectividade permanente, a globalização, a preocupação com alterações no clima, o envelhecimento populacional e até mesmo a influência de novas potências como a China.

“Na medida que são impactadas pelas mega tendências, as pessoas ajustam comportamentos”, afirmou Rasquilha. Desta fricção surgem as chamadas tendências comportamentais – que estarão plenamente “cristalizadas” em cinco anos. Neste rol figuram noções como compartilhamento, instantaneidade, busca pelo bem estar, a economia da experiência e a transferência de poder ao consumidor.

Frente tal cenário, a reação das empresas possibilitou o surgimento de *trends* – chamados, neste caso, de tendências de negócios. Tal adequação permitiu a ascensão de organizações com liderança compartilhada, de equipes ágeis inspiradas em startups, do foco na mobilidade, da cocriação a da economia da reputação, entre outros.

O diagnóstico da Inova Consulting é que em dois anos todos esses aspectos estarão consolidados no cotidiano corporativo. Rasquilha, contudo, chama atenção para a relevância de dois *trends* específicos: as empresas clientocêntricas – “que dão ao consumidor o que ele precisa, e não o que elas acham que ele precisa” – e as flexíveis, sempre dispostas a empreender mudanças.

“Planejamentos estratégicos normalmente são de longo prazo. Quanto mais consolidado o negócio, mais difícil é mudá-lo dentro do tempo útil”, afirmou.

“Só que uma empresa não pode ficar engessada em convicções. A flexibilidade deve ser maior, mesmo que para mudar de um mercado para o outro. Você pode manter seu propósito, mas precisa se adaptar todos os dias.”

Ir e voltar

Gerente de inovação da rede de materiais de construção Leroy Merlin, Charles Schweitzer deu ao **DCI** um exemplo prático de flexibilidade nos negócios.

“No início da década lançamos um aplicativo, seguindo algo que todos queriam na época”. O número de downloads baixo e o custo de desenvolvimento alto, contudo, levaram a empresa a abrir mão do projeto pouco depois – mas apenas temporariamente.

“Hoje os *apps* ganharam força de novo, com possibilidade de descontos personalizados e de melhor experiência de marca. Por conta disso, estamos concebendo um app novamente. Estar aberto para ir e voltar é importante”.

A Leroy Merlin usa a identificação de tendências para otimizar negócios desde 2010, quando um plano de transformação de dez anos foi iniciado. Desde então, relata Schweitzer, uma série de novidades foi inspirada pela filosofia – entre elas a própria área de inovação.

Saíram da mesma fonte a divisão de mídias sociais da rede, a política de atender todas as reclamações no Reclame Aqui, o relacionamento forte com startups e até a integração total de ambientes físico e online que registra em tempo real o estoque dos pontos de venda.

“Hoje, algumas lojas têm até um conselho de clientes que se reúne mensalmente para discutir o nosso futuro”, diz Schweitzer.

Proposta de Ciro para devedores pode incluir pequena e média empresa

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Economista da campanha disse que governo poderia liberar parte dos depósitos compulsórios para renegociação

A proposta em estudo pelo candidato Ciro Gomes (PDT) para reduzir o endividamento da população e retirar nomes de cadastros de inadimplentes (como o SPC, Serviço de Proteção ao Crédito) pode incluir também pequenas e médias empresas, afirmou nesta quarta (15), um dos coordenadores da campanha de Ciro, o economista Nelson Marconi.

“O que estamos começando a estudar é se a gente conseguiria fazer isso para pequena e média empresa também”, disse Marconi, após debate com outros economistas de candidatos organizado pela Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), em São Paulo.

Segundo Marconi, o próximo passo é fazer um levantamento minucioso do tamanho da dívida das PMEs, que é superior ao do volume de dívida a ser renegociado das pessoas físicas, em torno de R\$ 265 bilhões.

“É preciso avaliar o volume envolvido. Estamos estudando se existem condições, não dá para dizer que vamos fazer”, disse.

No caso das pessoas físicas, o próprio Ciro Gomes disse na terça-feira (14) que só serão avaliadas dívidas feitas até 20 de julho deste ano, para evitar que pessoas se endividem esperando renegociação.

Segundo Marconi, a intenção é estimular o devedor a ir ao banco renegociar a dívida, obtendo um desconto para refinancia-la em condições mais vantajosas ou mesmo quita-la.

Marconi disse que o governo poderia liberar parte dos depósitos compulsórios dos bancos (depósitos obrigatórios feitos pelos bancos no Banco Central para regular o sistema) especialmente para abrir espaço para essa renegociação. E o Banco do Brasil poderia entrar como agente garantidor da operação, disse.

“Isso ainda está sendo desenhado. Mas é algo nessa linha, não é usar dinheiro do Tesouro”, disse Marconi.

As propostas estão com a coordenação da campanha e ainda não têm data para serem anunciadas.

PROGRAMAS DE GOVERNO

Outros economistas presentes ao debate destacaram pontos de seus programas. Marcio Pochmann, da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, disse que a ideia é revogar o teto de gastos e a reforma trabalhista, a depender de um debate com a nação.

Segundo Pochmann, o PT desenhou um programa de recuperação de emprego via retomada de obras públicas paradas. Dentre outros pontos, há também a proposta de instituir um duplo mandato para o Banco Central, que deve olhar não só a inflação, mas o emprego.

Pochmann criticou ainda "eleições financiadas pelo poder econômico, no período de de 1994 a 2014", e incentivou o voto do eleitor em parlamentares mais próximos de sua realidade.

"Não há outro caminho decente e democrático que não seja pela política", disse.

Ana Paula Oliveira, assessora de Álvaro Dias (Podemos), disse que não haverá governabilidade sem uma revisão constitucional, que permita cortes nas despesas a partir um Orçamento de base zero— uma análise de despesa a despesa.

Além do plano de reduzir endividamento, Marconi, coordenador da campanha de Ciro, falou também do projeto de fortes investimentos em infraestrutura e da necessidade de queda dos gastos do governo com juros.

"Mas é bom que fique claro que não passa pela nossa cabeça dar calote na dívida", disse Marconi.

Lei de Proteção de Dados deve impor mudança cultural nas empresas brasileiras

16/08/2018 – Fonte: G1

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que rege como as empresas podem armazenar, usar e tratar dados de cidadãos brasileiros, foi sancionada pelo presidente Michel Temer nesta terça-feira (14).

As novas regras colocam o Brasil em linha com medidas existentes nos Estados Unidos e na Europa e devem impor uma mudança cultural nas empresas brasileiras, que hoje coletam e guardam informações sem necessariamente precisar delas.

Para a lei, é "dado pessoal" qualquer informação que pode identificar uma pessoa. A lei ainda estabelece uma categoria de "dados sensíveis", que inclui informações sobre etnia, opinião política e religiosa (bem como filiação a sindicatos ou organizações religiosas e filosóficas), informações sobre a saúde, vida sexual e dados genéticos ou biométricos. São abertas certas exceções para dados que a pessoa decidiu tornar público.

O Brasil chega a essa questão com muito atraso. A lei europeia GDPR, que entrou em vigor em maio, foi aprovada em 2016 e substituiu uma regulamentação da União Europeia de 1995, que já previa algumas das regras que o Brasil só agora vai passar a ter, como a obrigação de obter consentimento para processar dados pessoais.

O prazo para a lei entrar em vigor reconhece o trabalho que vem pela frente: 18 meses. Isso significa que a lei só deve começar a valer em março de 2020. Até lá, o governo também precisa propor uma alternativa à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que foi vetada.

O governo esclareceu que o veto se deve às atribuições delineadas na Constituição, segundo a qual apenas a Presidência da República pode propor leis que abordem a "criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica". Por isso, o governo deve redigir um novo projeto tratando apenas da criação desse órgão e enviá-lo ao Congresso.

Entre outras atribuições, caberá ao novo órgão fiscalizar o cumprimento da lei e definir padrões de segurança para a guarda de dados. Sendo assim, é praticamente obrigatório que

o governo proponha a criação desse órgão ou setor e que ele esteja estruturado até 2020 para que a lei possa valer na prática.

Quando estiver valendo, a LGPD vai obrigar qualquer empresa que sofrer incidentes de segurança (como vazamentos) a relatarem o ocorrido para todas as pessoas impactadas.

Será preciso informar quais dados a empresa acredita que pode ter perdido - exatamente como é nos Estados Unidos e na Europa. Hoje, as empresas não são obrigadas a vir público sobre esse tipo de incidente, o que significa que muitas vítimas de vazamentos jamais ficam sabendo que seus dados foram expostos.

O descumprimento da lei pode gerar multas de até R\$ 50 milhões ou obrigar a empresa apagar os dados envolvidos. O governo vetou os artigos que previam a possibilidade de suspender as operações de processamento de dados de uma empresa por seis meses ou até indefinidamente.

Mesmo assim, a possibilidade de sofrer qualquer punição e de ser obrigado a provar que obteve consentimento das pessoas para armazenar e processar suas informações muda o raciocínio das empresas. Hoje pode valer a pena guardar alguma informação "só por guardar", mesmo que ela não seja necessária. Com a LGPD, toda informação armazenada pode se transformar em uma dor de cabeça.

É isso que vai obrigar as empresas a pensarem melhor sobre quais dados vale a pena armazenar - e também de que forma isso será feito.

Proteções de privacidade no mundo

Consenso para armazenamento e processamento de dados: exigência prevista na Europa desde a Diretiva de Proteção de Dados, de 1995. Não há regra no Brasil hoje -- a regra será nova com a LGPD.

Autorização dos pais para uso de dados de crianças: previsto desde 1998 pela lei COPPA nos Estados Unidos. De forma semelhante, a LGPD obriga a obtenção do consentimento dos pais.

Notificação de vazamento de dados: a primeira lei a exigir que empresas avisem consumidores sobre dados roubados ou vazados foi aprovada em 2002 no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e entrou em vigor no ano seguinte. A obrigação também valerá no Brasil quando a LGPD entrar em vigor, 17 anos após a lei californiana.

Cookies: o uso de cookies é regulamentado na Europa pela Diretiva de ePrivacidade de 2002. O termo "cookies" não consta na LGPD e a lei exclui das regras os "dados anonimizados", como normalmente é o caso com cookies. Será preciso esperar a lei entrar em vigor e aguardar decisões da Justiça ou da autoridade competente sobre o tema.

Spam: o envio de mensagens comerciais é regulamentado na Europa pela Diretiva de ePrivacidade de 2002 e pela lei CAN-SPAM de 2003 nos Estados Unidos. O Brasil ainda não dispõe de regras sobre spam e não está claro qual vai ser o efeito da LGPD sobre a prática.

Lenta retomada também afeta empresas campeãs de MELHORES e MAIORES

16/08/2018 – Fonte: Exame (publicado em 15-08-2018)

Líderes de empresas vencedoras de MELHORES e MAIORES de EXAME se reuniram nesta quarta-feira para apontar caminhos para atravessar uma economia em transição

A retomada da atividade econômica ainda não aconteceu nem mesmo para empresas campeãs. EXAME promoveu nesta quarta-feira, 15 de agosto, em São Paulo o evento ENCONTRO EXAME CEO, no qual empresas que se destacaram no anuário

MELHORES E MAIORES 2018 contaram suas experiências para atravessar uma economia em transição.



“No ano passado, fomos afetados pela redução do transporte de produtos siderúrgicos, mas compensamos com um aumento de carga do agronegócio”, disse Guilherme Mello, presidente da empresa ferroviária MRS, vencedora da categoria Transportes.

Em 2018, a demanda por transporte de produtos agrícolas continua forte na MRS, em razão do bom desempenho das safras de soja, milho e açúcar. “Mas a carga de alto valor agregado ainda não voltou, pois reflete a lenta retomada”, disse Mello.

No caso da Mahle Metal Leve, o ano de 2018 começou bem para a fabricante de autopeças, vencedora da categoria autoindústria. A greve dos caminhoneiros, porém, reduziu as vendas de carros e trouxe incerteza para todo o mercado automotivo. Além disso, o setor no Brasil vem sofrendo a rápida deterioração econômica da Argentina, que em junho fechou um resgate de 50 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional.

“A Argentina é o maior mercado de exportação para o setor de autopeças brasileiro. Por isso, prevemos que haverá um crescimento menor da produção local da Mahle em 2018”, disse Sergio Pancini de Sá, presidente da companhia.

Até quem não tem do que reclamar, teme as repercussões de uma retomada que demora a engrenar. “Historicamente, a indústria farmacêutica é uma das últimas a sentir os efeitos da crise. Isso cria uma falsa sensação de segurança. Mas quando os problemas aparecem, é um dos setores que mais sofrem para se recuperar”, disse Ogari de Castro Pacheco, presidente do conselho diretor do laboratório Cristália, vencedor da categoria farmacêutica. “A economia brasileira precisa voltar a crescer de forma consistente.”



A maior preocupação dos executivos no momento, porém, é a eleição presidencial. “Os empresários puxam o freio de mão diante da incerteza no cenário político”, disse Mello, da MRS.

“Esperamos que o novo governo enfrente as questões fundamentais que oneram a iniciativa privada”, disse Sá, da Mahle Metal Leve. Para ele, um dos grandes impactos para o setor automotivo foi o corte da alíquota do Reintegra, programa que desonera exportadores, que passou a 0,1%, ante 2%, em junho.

Como as incertezas são grandes em relação ao cenário eleitoral, as expectativas também são baixas. “Se quem chegar lá não atrapalhar, já é um bom começo”, disse Stello Tolda, fundador e diretor de operações do Mercado Livre, um dos palestrantes do evento.

CNC corta em 75% estimativa para abertura de lojas em 2018

16/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 15-08-2018)

O atual cenário de recuperação econômica ainda lenta e de cautela nos investimentos deve fazer com que o País ganhe apenas 5,2 mil novas lojas este ano, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A previsão representa quase um quarto da estimativa anterior, de abertura de 20,7 mil novos estabelecimentos comerciais em 2018.

O comércio varejista brasileiro registrou uma criação de 2.252 pontos de venda de janeiro a junho deste ano. O resultado, que inclui apenas estabelecimentos comerciais com vínculo empregatício, representa o melhor desempenho semestral desde a segunda metade de 2013, quando foram criadas mais 16,7 mil lojas. A CNC lembra, no entanto, que o avanço ainda é tímido, refletindo a perda de fôlego da economia e as incertezas quanto à materialização de investimentos por parte do setor varejista.

Além das paralisações ocorridas no terceiro bimestre do ano, o fraco cenário do mercado de trabalho, a desvalorização do real, as pressões de custos impostas pelo ritmo mais acelerado de preços administrados e, principalmente, a elevada incerteza com relação ao cenário político são alguns dos principais fatores inibidores de investimentos, enumera a CNC.

“Apesar do saldo positivo de lojas ao longo dos últimos seis meses, o ritmo de expansão do número de pontos de venda pode ser considerado tão frustrante quanto a percepção de desaceleração no ritmo de atividade econômica”, resumiu Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC, em nota.

A entidade reviu também a previsão para o volume de vendas no varejo este ano, de uma alta de 4,7% para um avanço de 4,5% em relação a 2017.

No primeiro semestre de 2018, o segmento de hipermercados e supermercados gerou o maior número de novos estabelecimentos em números absolutos (+1.378), seguido pelo setor de artigos de uso pessoal e doméstico (+841) e pelo ramo de vestuário (+782). Por outro lado, os estabelecimentos especializados em venda de materiais de construção foram os que mais fecharam as portas no primeiro semestre, com 915 lojas a menos.

Regionalmente, houve abertura de novos pontos de venda em 11 das 27 unidades da Federação no primeiro semestre, com destaque para os Estados de São Paulo (+2.468), Santa Catarina (+852) e Minas Gerais (+340). O Rio de Janeiro, com 1.038 estabelecimentos a menos, foi responsável por 45% dos fechamentos entre as unidades da Federação que registraram saldos negativos.

A crise no varejo brasileiro, iniciada em 2014, provocou o fechamento de 226,7 mil pontos de venda em todo o País, desde o início de 2015 até o fim do primeiro semestre de 2017.

Milionários brasileiros atingem R\$ 1 trilhão em investimentos

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Montante representa quase um terço do total aplicado pelos brasileiros no primeiro semestre

Milionários com recursos investidos no Brasil atingiram em junho, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 trilhão aplicado, informou a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) nesta quarta-feira (15).

O montante representa quase um terço do total de investimentos da população brasileira no primeiro semestre: R\$ 2,8 trilhões —3,3% superior a 2017.

O private banking, categoria que engloba investidores com no mínimo R\$ 3 milhões em ativos, avançou 4,2% nos seis primeiros meses do ano, na comparação com o fim de 2017. São mais de 112 mil contas ativas na categoria.

“É um resultado muito positivo diante de um cenário econômico mais desafiador”, disse João Albino, presidente do comitê de private banking da Anbima.

A maior parte dos investimentos está em fundos, que somaram R\$ 487,1 bilhões, num crescimento de 8%. A previdência aberta, no entanto, avançou mais, 10,3%, para R\$ 106 bilhões.

“A previdência já é um destaque no segmento há alguns anos, por ser um importante produto para o planejamento sucessório dos clientes”, diz Albino.

No varejo, o volume de investimentos atingiu R\$ 1,7 trilhão em junho, alta de 2,8% na comparação com dezembro de 2017. O desempenho foi puxado pelo segmento de alta renda (definido de acordo com cada banco), que subiu 5,6%, para R\$ 821,5 bilhões investidos.

O varejo tradicional avançou menos, 0,4%, para R\$ 919,4 bilhões.

No semestre, as aplicações em fundos multimercados apresentaram o maior crescimento do varejo, de 24,4%, somando R\$ 86,3 bilhões investidos.

Mesmo com ritmo menor, de +2,9%, a caderneta de poupança ainda é o ativo mais buscado pelos clientes do varejo com R\$ 683,2 bilhões alocados.

José Rocha, presidente do comitê de varejo da Anbima, explica que investidores são atraídos pela segurança da poupança.

“Já no varejo alta renda, temos visto um crescente apetite ao risco, reforçado nos últimos meses pelos juros mais baixos, o que justifica a entrada desses clientes nos fundos multimercados”, diz.

Ministro volta a defender redução do subsídio na conta de luz

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Moreira Franco afirma que medida ajudará a chegar a um preço mais justo nas tarifas

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, voltou a defender nesta quarta-feira (15) a redução de subsídios do setor elétricos cobrados na conta de luz. Segundo o ministro, o corte de subsídios contribuirá para chegar a um preço mais “justo” nas tarifas de energia.

Ao discursar na posse de novos diretores da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Moreira Franco disse que não é mais possível replicar um modelo para o setor elétrico já aplicado anteriormente, no qual parte do custo pela implantação do sistema é dividido com os consumidores.



Moreira Franco, ministro de Minas e Energia - Pedro Ladeira/Folhapress

“Não dá mais para ser assim. Temos que encontrar outro modelo. As pessoas precisam entender a conta de luz. Não dá para ter um volume de subsídios que sequer passam pelo Orçamento, não dá para ter as pessoas pagando o que não sabem, as pessoas tendo que pagar pelo que não consomem”, afirmou.

O ministro referiu-se a encargos setoriais incluídos na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Parte do custo desses encargos subsidia atividades de irrigação para produtores rurais, empresas que prestam serviços públicos de saneamento e a tarifa social para consumidores de baixa renda.

Eles também subsidiam geradores e consumidores de fontes incentivadas de energia, basicamente eólica e solar. Esses valores são divididos com todos os consumidores e acabam pesando no valor final da conta. “Não dá para que [continue] a força tributária sobre este bem indispensável à vida das pessoas que é a eletricidade, quando a soma dos subsídios, com a soma dos impostos dos estados e da União é muito maior do que a conta que se consome.”

No discurso, Moreira Franco também voltou a questionar decisão da Aneel de revisar o orçamento da CDE antes da audiência pública para tratar do tema. Pela proposta aprovada pela agência reguladora, o aumento no fundo será de R\$ 1,446 bilhão, fechando em R\$ 19,7 bilhões, até o momento. No fim da semana passada, o ministro pediu por meio de ofício, que a Aneel só realizasse algum tipo de repasse após o final audiência.

“É preciso que, quando se convoca uma audiência pública, o aumento não esteja posto, porque senão não adianta convocar uma audiência pública. É necessário fortalecer esse instrumento”, destacou.

Moreira Franco disse também que o desejo das pessoas é pelo fornecimento de energia limpa e que a política do setor deve caminhar no sentido de garantir esse tipo de energia.

Entretanto, para o ministro, a Aneel tem que auxiliar para que as políticas de estímulo ao setor se deem com o objetivo de conseguir energia limpa, como ocorre com as hidrelétricas.

“O grande desafio é encontrar fontes de financiamento, de regulação que incorporem as mesmas garantias que são dadas à energia hidráulica. O setor elétrico precisa encontrar fontes de financiamento para a geração eólica e fotovoltaica, similares às existentes para a geração hídrica.”

Posse na Aneel

Nesta quarta-feira (15), o ministro deu posse a André Pepitone como novo diretor-geral da Aneel.

Engenheiro civil e servidor público da agência, Pepitone assume o posto em substituição a Romeu Rufino. Também foi nomeado para o cargo de diretor da Aneel a Efrain Pereira da Cruz, que ocupa a vaga de conselheiro deixada por Pepitone.

Pepitone disse que o desafio da Aneel será estimular os investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia. "Cabe ao regulador estimular a eficiência, construir ambiente competitivo, sustentável, com regras claras e estáveis, que transmitam segurança para manter atrativo o ambiente de negócios, fazendo com que os investidores coloquem seus recursos no Brasil, e não em outro país", afirmou.

De acordo com Pepitone, a redução na tarifa será conseguida com a promoção de inovação e eficiência no setor. "[Vamos] preparar o mercado e promover inovação e eficiência para alcançar a modicidade tarifária a qual emergirá em um ambiente cada vez mais aberto, no qual os consumidores possam escolher o seu fornecedor, estimulando-se assim a concorrência."

Pepitone disse ainda que vai trabalhar na linha defendida pelo ministro para fazer com que o "consumidor seja empoderado".

"Vamos avançar na linha do que o ministro prega: de entender o que está se passando na conta de luz, o que está discriminado na conta de luz."

PIB no vermelho no 2º trimestre não é consenso, mas projeções para o ano pioram

16/08/2018 – Fonte: G1

Segundo índice do BC, a economia brasileira encolheu 0,99% no 2º trimestre. Números oficiais serão divulgados pelo IBGE em 31 de agosto. Parte do mercado já vê alta do PIB perto de 1% em 2018.

Apesar de ter conseguido recuperar em junho boa parte das perdas registradas em maio por conta da greve dos caminhoneiros, a economia brasileira patinou no segundo trimestre e após a divulgação de uma série de indicadores antecedentes aumentaram as apostas de que o país pode ter registrado a primeira queda trimestral, depois de 5 períodos seguidos no azul.

Os números oficiais do Produto Interno Bruto (PIB), que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só serão conhecidos no dia 31 de agosto. Mas após a divulgação do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central nesta quarta-feira, diversos analistas reforçaram suas expectativas de retração da economia na comparação com os 3 primeiros meses do ano.

Algumas projeções ainda indicam PIB no azul no 2º trimestre, mas nestes casos a estimativa é de um resultado muito próximo do zero. E é consenso que o ritmo de recuperação da economia está mais lento do que se esperava no começo do ano, o que faz com que as previsões para o crescimento da economia no ano continuem sendo revisadas para baixo. Parte do mercado já vê um crescimento do PIB próximo de 1% em 2018.

O Ministério da Fazenda espera um resultado levemente positivo no segundo trimestre. Para o ano, a expectativa é de crescimento de 1,6%.

Em 2017, o PIB teve uma alta de 1%, após dois anos consecutivos de retração e, no primeiro trimestre deste ano, avançou 0,4% contra os três meses anteriores, sustentado principalmente pela agropecuária.

Segundo o índice do BC, a economia brasileira encolheu 0,99% no 2º trimestre – a maior queda desde o primeiro trimestre de 2016 (-1,51%).

O IBC-Br costuma ser chamado de "prévia do PIB", mas utiliza um cálculo um pouco diferente do usado no PIB e nem sempre mostra proximidade com os dados oficiais divulgados pelo IBGE. O índice do Banco Central é calculado a partir de outros indicadores econômicos setoriais, de agricultura, indústria, comércio e serviços – acrescido de impostos. Já o PIB é a soma dos bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

No 1º trimestre, o indicador do BC apontou uma retração de 0,13% na economia, enquanto o PIB oficial cresceu 0,4%, segundo o IBGE. Na revisão divulgada nesta quarta-feira (15) pelo Banco Central, o IBC-BR teve expansão de 0,2% nos três primeiros meses de 2018.

A economista Luana Pimentel, do Ibre/FGV, afirma que é preciso ter cautela na comparação entre IBC-Br e PIB, pois existem diferenças metodológicas que podem gerar divergências no curto prazo e no ajuste sazonal utilizado para comparar períodos diferentes de um ano.

"De modo geral, os indicadores da atividade econômica apresentaram recuperação em junho, após a greve dos caminhoneiros que representou um forte choque de oferta na economia. Essa recuperação exibida em junho somada a um mês de abril muito positivo para a atividade possibilitam esse crescimento positivo que esperamos para o PIB do 2º trimestre", diz a analista.

Já o economista Luiz Castelli, da GO Associados, passou a projetar queda de 0,1% no PIB do 2º trimestre, e de 1,4% para o ano.

Ainda que indicadores da indústria, serviços e comércio já tenham mostrado uma recuperação das perdas de maio, o desemprego elevado associado à baixa confiança de empresários e consumidores num ano marcado por incertezas por conta das eleições presidenciais continua limitando o consumo e os investimentos, cenário que dificulta uma retomada mais firme da economia.

Entre as projeções mais pessimistas está a da Austin Rating, que estima uma queda de 0,62% no PIB do 2º trimestre e reduziu a estimativa para a alta do PIB em 2018 de 1,8% para 1,1%.
Previsões para 2018 reduzidas

Parte do mercado já projeta uma alta do PIB perto de 1% em 2018. No início do mês, o Bradesco revisou sua projeção de crescimento para economia de 1,5% para 1,1%.

Pesquisa Focus mais recente do Banco Central, que ouve cerca de uma centena de economistas todas as semanas, aponta que as expectativas para o crescimento da economia para este ano estão em 1,49%, metade do que era esperado alguns meses antes.

O próprio governo federal reduziu em julho sua previsão de crescimento do PIB neste ano de 2,5% para 1,6%. Até maio, estava em 2,97%. Após a greve dos caminhoneiros, as projeções passaram a cair para menos de 2%.

"Pela dinâmica apresentada pelos indicadores de abril e sem a interrupção causada pela paralisação, a economia poderia ter crescido em ritmo bem mais expressivo", afirma Alessandra Ribeiro, da Tendências, que prevê alta de apenas 0,1% do PIB no 1º trimestre.

A paralisação da categoria gerou uma crise no abastecimento em todo o país e falta de diversos produtos, impactando tanto a produção da indústria e do agronegócio como também as vendas do comércio e a prestação de serviços. O Ministério da Fazenda estimou um efeito de R\$ 15,9 bilhões na economia.

A paralisação veio em um momento em que já havia incertezas sobre a economia e a capacidade do governo de promover medidas para tentar reequilibrar as contas públicas. Com a greve, os índices de confiança, que já vinham apresentando sinais de recuo, pioraram ainda mais, afetando diretamente a intenção de novos investimentos. O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), espécie de termômetro do nível dos investimentos no Brasil, registrou queda de 0,9% no segundo trimestre.

O economista Alex Agostini, da Austin Ratings, destaca, entretanto, que a greve dos caminhoneiros não é a única responsável pelo fraco desempenho da economia no 2º trimestre.

Entre os fatores que frustraram as expectativas, ele cita o cenário internacional mais turbulento, com as taxas de juros nos EUA em trajetória de alta e a escalada da "guerra comercial" aberta com a postura mais protecionista do governo Donald Trump.

"A paralisação dos caminhoneiros, em maio, e a Copa do Mundo, em junho, acentuou esse processo de perda de confiança com efeito negativo sobre o ritmo de investimentos, que reduziu ainda mais com a turbulência política e seus reflexos no mercado de capitais, em particular sobre a dinâmica da taxa de câmbio e bolsa de valores", afirma Agostini.

Indicador antecedente da FGV fica estável em julho ante junho

16/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 15-08-2018)

O Indicador Antecedente Composto da Economia (Iace) para o Brasil fechou o mês de julho estável em relação a junho, aos 114,6 pontos, informou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e The Conference Board (TCB).

Das oito séries componentes do indicador, três contribuíram para a queda. Destaque para o Índice de Expectativas da Indústria, que recuou 3,7% no período. Já entre os componentes em alta, o Ibovespa deu a maior contribuição, com expansão de 8,9% no mês.

Na mesma base de comparação, o Indicador Coincidente Composto da Economia (Icce), que mensura as condições atuais da economia, sofreu ligeira queda de 0,1%.

"Em julho, o ambiente de incerteza continuou a afetar o Iace e o Icce. As questões fiscal e política, do lado interno, e a instabilidade financeira, aliada à perspectiva de conflitos comerciais pelo lado externo, vêm contribuindo para a deterioração tanto da situação atual quanto das expectativas", explica o economista do Ibre/FGV Paulo Picchetti.

Energia, saúde, tarifa de ônibus e condomínio pressionam IPC-S

16/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 15-08-2018)

Os preços administrados limitaram um alívio mais forte do Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) entre a primeira e a segunda leituras de agosto, conforme mostram dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dentre as cinco principais influências de alta do IPC-S, que desacelerou marginalmente a 0,19% após 0,20% na primeira medição do mês, quatro são monitorados.

Apesar de ter desacelerado no período (4,49% para 2,55%), a tarifa de energia de eletricidade residencial foi que a exerceu a maior fonte de pressão de alta no IPC-S do período. Com isso, o grupo Habitação (0,97% para 0,71%) foi o que mais contribuiu para o pequeno alívio do IPC-S.

Na sequência, a categoria de plano e seguro de saúde apresentou variação de 0,64% na segunda quadrissemana após 0,63% na primeira. Em seguida, tarifa de ônibus urbano registrou elevação de 0,78% no período depois de 0,60%, enquanto condomínio residencial ficou com taxa de 0,82% em relação à de 1,00% anteriormente. Por fim, na lista das cinco maiores influências de alta do IPC-S está pão francês, com variação de 2,26% na comparação com 2,11% na primeira leitura de agosto.

Já na coluna das cinco principais fontes de alívio no IPC-S da segunda quadrissemana – últimos 30 dias terminados quarta-feira, 15 – três são do grupo Alimentação (-0,25% para -0,07%): cebola (-40,74% para -35,73%), batata inglesa (-21,42% para -19,11%) e banana prata (-9,23% para -9,47%).

Além disso, etanol (-3,06% para -3,55%) apresentou queda. Também houve declínio em passagem aérea (-11,30% para -18,41%), sendo que este item foi o responsável pelo recuo do grupo Educação, Leitura e Recreação (de alta de 0,09% para -0,23%) no período.

No conjunto de preços de Alimentação, a FGV destaca a deflação em hortaliças e legumes de 10,29% na segunda quadrissemana depois da retração de 14,44% na primeira medição.

Em Comunicação (0,11% para 0,34%) houve encarecimento em mensalidade para TV por assinatura (3,05%), na comparação com queda de 0,22% na primeira medição do mês. Já em Despesas Diversas (0,05% para 0,25%) pesou a alta de 0,96% em cigarros (de 0,41%).

Os preços de roupas tiveram declínio de 0,70% no período em relação ao declínio de 0,91% anteriormente, fazendo com que o grupo Vestuário apresentasse baixa de 0,60% após -0,59% antes.

Em Transportes (-0,01% para alta de 0,05%), cita a FGV, a gasolina foi destaque, ao apresentar queda menos intensa, de 0,02% na segunda medição na comparação com -0,15% anteriormente.

Já os gastos com artigos de higiene e cuidado pessoal (-0,14% para alta de 0,11%) pressionaram o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (0,28% para 0,31%), mostra a FGV.

Anbima: aplicações financeiras de pessoa física crescem 9% no 1º semestre

16/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 15-08-2018)

O volume de aplicações financeiras das pessoas físicas cresceu 9% de janeiro a junho deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado, para R\$ 2,644 trilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Em relação a dezembro, a evolução foi de 3%.

Os segmentos de varejo de alta renda e de private foram os que mais cresceram em 12 meses, em 10,6% e 12%, para R\$ 821,3 bilhões e R\$ 904,2 bilhões, respectivamente. Em relação a dezembro, o crescimento foi de 5,6% e 3,5%, nesta ordem. O varejo tradicional registrou aumento de 4,65% no mesmo período de 12 meses, para R\$ 919,4 bilhões, enquanto frente a dezembro a elevação foi de 0,4%.

A oscilação do real ante o dólar fez com que o interesse pelos fundos cambiais saltasse no semestre, somando R\$ 1,7 bilhão, de R\$ 800 milhões no mesmo período do ano passado.

Os fundos multimercados foram o segundo produto mais procurado. Em volume financeiro, a evolução foi de R\$ 48,3 bilhões no primeiro semestre do ano passado para R\$ 86,3 bilhões nos primeiros seis meses deste ano.

A poupança agregou os maiores volumes, somando R\$ 683,2 bilhões ao final do primeiro semestre. A participação da poupança no geral das aplicações foi de 2,9% no primeiro semestre, ante 1,6% no mesmo período do ano passado.

“O varejo tradicional tem composição de clientes mais conservadores e o varejo de alta renda tem clientes com crescente apetite a risco, o que justifica a entrada em multimercado e nos fundos cambiais. No varejo tradicional, a poupança segue sendo o mais atraente”, comentou o presidente do Comitê de Varejo da Anbima, José Rocha, durante teleconferência com a imprensa para explicar os números.

Nissan sofre menos que Volkswagen com escândalo das emissões de poluentes

16/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-08-2018)

Enquanto ação da alemã caiu 39% nas duas semanas após crise, a da japonesa teve queda de 5%

Volkswagen e Nissan se envolveram em dois grandes escândalos de emissões de poluentes. Mas, enquanto a ação da montadora alemã caiu 39% nas duas semanas que se seguiram à crise, a japonesa apanhou bem menos dos investidores: a queda foi de 5% no mesmo período.

Outra diferença foi a forma como a cadeia de comando de cada companhia foi afetada. Na Volks, o principal executivo da montadora à época, Martin Winterkorn, renunciou na semana seguinte à que o escândalo veio à tona, em 18 de setembro de 2015.

Na Nissan, o japonês Hiroto Saikawa continua à frente da montadora, quase um ano após os primeiros casos de falhas nos testes de emissões poluentes. A empresa foi dirigida pelo brasileiro Carlos Ghosn entre junho de 2001 e abril de 2017 –hoje, o executivo preside o conselho de administração da companhia.



Enquanto na Volks, o principal executivo foi afastado após escândalo, na Nissan, Hiroto Saikawa continua à frente da marca - Kazuhiro/AFP

“A grande diferença entre a Volkswagen e a Nissan é a abrangência”, afirma Rebecca Lindland, diretora da Cox Automotive, empresa de negócios automotivos.

Os executivos da alemã admitiram que manipularam um software com o objetivo de fraudar os resultados de emissões poluentes de veículos, em um universo de 11 milhões de carros no mundo, inclusive no Brasil.

No caso da Nissan, funcionários pouco qualificados adotavam procedimentos de testes com padrão inferior ao exigido pelo governo na maioria das fábricas da japonesa, levando a resultados que não estavam em conformidade com os parâmetros oficiais.

“Não foi um problema com o produto, e sim de testes que não atendiam aos elevados requisitos do governo”, diz Janet Lewis, chefe de pesquisa sobre indústria e transporte da Macquarie Capital Securities do Japão. “Não houve impacto nos custos da companhia, não afetou as exportações. Eles só não seguiram as exigências.”

Além disso, o escândalo da Volks só veio a público após a EPA (agência de proteção ambiental americana) obrigar a montadora a fazer um recall dos veículos afetados pela falha no software.

Já a japonesa voluntariamente reconheceu que mediu indevidamente as emissões de escapamento e economia de combustíveis de 19 modelos de veículos vendidos no Japão --o caso afetou cerca de um milhão de carros.

“É embaraçoso e definitivamente precisa ser enfrentado, mas não é o mesmo que o escândalo amplamente espalhado e global de software que atingiu a Volkswagen”, diz Rebecca Lindland, da Cox.

É a mesma avaliação de Maryann Keller, fundadora da Maryann Keller & Associates Global Automotive Strategy. “O caso da Nissan foi um problema descoberto em uma auditoria em fábricas da Nissan Japan, e não por autoridades do governo.”

Por isso, o presidente da montadora japonesa não pode ser responsabilizado por cada ação de cada empregado, defende Keller, nem “ninguém esperaria que ele tenha dado uma diretriz para deliberadamente comprometer os resultados”.

“Esse não foi o caso da Volkswagen, onde ficou claro que a alta gestão estava ciente das modificações no software de diesel e permitiu ou mesmo endossou o uso desse software”, diz. “É uma grande diferença.”

Em qualquer um dos casos, a memória dos investidores foi de curto prazo. Depois de perder quase 40% do valor em duas semanas, a Volks recuperou parte da credibilidade. Desde o início do escândalo até agora, as ações acumulam queda de 15,8%.

A Nissan tem desvalorização de 6,9% desde que a crise veio à tona, em setembro de 2017.

“Não há evidências que sugiram que os consumidores penalizem essas companhias no longo prazo”, reconhece Keller.

“Os compradores de carros têm memória curta e como toda montadora experimentou um problema de algum tipo, essas notícias são rapidamente esquecidas.”

Tampouco se deve esperar mudanças regulatórias no sentido de endurecer as regras, diz Gene Grabowski, sócio da consultoria kglobal. “Não acho que vai haver mudanças na regulação, e sim na forma como os reguladores supervisionam o mercado. Eles vão ficar mais cautelosos e exigentes”, ressalta.

“Todas elas estão sobre escrutínio, com monitoramento próximo. Se aconteceu uma vez, pode acontecer novamente”, complementa o especialista.

DIESELGATE

Montadoras admitem e são acusadas de fraudar sistema que mede a emissão de poluentes e a economia de combustível

ADMITIRAM AS FRAUDES

Volkswagen

Em 2015, montadora admitiu ter manipulado os resultados de testes com veículos à diesel, fingindo que estes respeitavam os padrões americanos para a emissão de poluentes. Até agora, oito líderes e ex-funcionários foram acusados. Empresa já concordou em pagar mais de US\$ 25 bilhões em ações por conta do escândalo.

Número de automóveis: 11 milhões, segundo a própria empresa

Modelos afetados: Amarok, Golf Blue Motion, Jetta TDI, Passat TDI, Volkswagen Beetle, SUV Touareg 2014-2016

Outras marcas do grupo afetadas: **Porsche** (modelo Cayenne Diesel) e **Audi** (A1, A3, A4 e A6, o esportivo TT e os Q3 e Q5), que teve seu presidente preso

Mitsubishi

Em abril de 2016, empresa admitiu que manipulava os testes de economia de combustível (gasolina) desde 1991.

Número de automóveis: 625 mil veículos

Modelos afetados: versões do Mitsubishi eK

Nissan

Montadora admitiu no início de junho que mediu indevidamente as emissões de escapamento e a economia de combustível. É a segunda vez que a empresa se envolve no dieselgate, em 2017, a montadora admitiu que durante décadas, inspetores não certificados assinaram as verificações finais dos carros vendidos no Japão. Na época, a montadora suspendeu a produção doméstica.

Número de automóveis: 1,2 milhão em 2017

Modelos afetados: Entre os carros envolvidos estão o compacto Note e o utilitário esportivo Juke

Suzuki

A montadora confirmou em 2016 que mediu os níveis de emissão e consumo dos veículos vendidos no Japão com um método não homologado, mas negou ter manipulado os resultados.

Número de automóveis: 2.100

Modelos afetados: 16 modelos vendidos exclusivamente no Japão

ACUSADAS DE FRAUDAR

Opel (ex-subsidiária da GM, hoje do grupo PSA)

A montadora é alvo de investigação na Alemanha sob suspeita de manipular motores a diesel para registrar emissões mais baixas em testes de poluição.

Número de automóveis: 60 mil

Modelos afetados: Cascada, Insignia e Zafira

GM

Nos Estados Unidos, a empresa enfrenta processo movido, em 2017, por 705 mil donos de picapes supostamente equipadas com dispositivos ilegais a fim de burlar os testes de emissões. A empresa nega as acusações.

Modelos supostamente afetados: Chevrolet Silverado Duramax e GMC Sierra Duramax, todas a diesel

Fiat Chrysler

A montadora foi acusada pelas autoridades em 2017 dos EUA de ter manipulado motores de 104 mil veículos movidos a diesel para minimizar o nível real de emissão de poluentes, usando uma estratégia similar à da Volkswagen

Modelos afetados: Jeep Grand Cherokee e picapes Dodge Ram 1500

Mercedes-Benz

Em junho deste ano, o Ministério dos Transportes da Alemanha ordenou a retirada de 238 mil carros a diesel, por causa de software que mascara o volume de emissão de poluentes. A empresa confirmou o recall e se comprometeu a retirar o software.

Número de automóveis: 774 mil veículos na Europa

Modelos afetados: Van Vito, da Mercedes-Benz, Mercedes C-Class, e os utilitários (SUV) da linha GLC

ANP aprova minuta de resolução que prevê maior transparência em preços de combustíveis

16/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 15-08-2018)

Iniciativa da agência foi tomada após a paralisação de caminhoneiros em maio, quando os manifestantes protestaram contra os altos custos do diesel



ANP aprova minuta de resolução que prevê maior transparência em preços de combustíveis

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta quarta-feira uma minuta de resolução que busca trazer transparência na formação dos preços dos combustíveis, biocombustíveis e gás natural para os órgãos públicos e para o público geral.

A iniciativa da ANP foi tomada após a paralisação de caminhoneiros em maio, quando os manifestantes protestaram contra os altos custos do diesel.

Entre as principais medidas propostas, informou a reguladora em nota, estão a obrigatoriedade a todos os produtores e importadores de derivados de petróleo e biocombustíveis de informar, à ANP, o preço e todos os componentes da fórmula de preço, por produto e ponto de entrega, sempre que houver reajuste de preços e/ou alteração de parâmetros da fórmula.

Os produtores e importadores que detêm uma participação de mercado maior que 20 por cento em uma macrorregião política do país, deverão publicar, em seu próprio site na internet, a fórmula utilizada para precificação do produto correspondente, bem como o preço resultante, para cada um dos produtos à venda, em cada ponto de entrega.

As informações deverão ser publicadas somente no ato do reajuste do preço ou da alteração dos parâmetros da fórmula, segundo a ANP, que publicará as mesmas informações em seu portal na internet.

Nos contratos de fornecimento de derivados de petróleo em que se exige homologação prévia da ANP, será obrigatória a inclusão de fórmula de preços.

A ANP ainda promoverá a elaboração dos contratos padronizados de compra e venda de gás natural, com a participação dos agentes da indústria e por meio de consulta e audiência pública.

A minuta entrará em consulta pública por 30 dias, a partir de sua publicação no Diário Oficial, e será seguida de audiência pública, para ouvir a sociedade.

Usiminas retoma produção de alto-forno e laminadores em Ipatinga

16/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 15-08-2018)

Equipamentos estavam paralisados desde a explosão na sexta-feira em um gasômetro que deixou 34 pessoas feridas

A Usiminas informou nesta quarta-feira que retomou a atividade no alto-forno 3 e de laminadores de chapas grossas e tiras a quente da usina em Ipatinga (MG), que estavam paralisados desde a explosão na sexta-feira em um gasômetro que deixou 34 pessoas feridas.

"Com isso, todos os equipamentos produtivos da usina de Ipatinga voltaram à operação e estão retornando gradativamente ao seu nível normal de produção", afirmou a companhia em comunicado ao mercado. A empresa não divulgou de imediato estimativa de prejuízos com a explosão.



Caminhões e ônibus terão metas de eficiência energética

16/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 15-08-2018)

Quando foi assinada há pouco mais de um mês a Medida Provisória que criou o Rota 2030, nenhuma menção foi feita à adoção de **metas de eficiência energética para caminhões e ônibus**, majoritariamente movidos a diesel.

Mas o tema entrou na pauta e um dos grupos de discussão apresentou sugestões ao governo de como fazer as medições, bem mais complexas de realizar do que em veículos de passageiros.

Já existe uma minuta de portaria a ser editada pelo Ministério da Indústria (MDIC), que estabelece um cronograma para pesquisar e fixar níveis de redução de consumo e emissões de CO2 para modelos de comerciais pesados, assim como já acontece com carros a gasolina ou etanol.

As possíveis diretrizes e rotas tecnológicas do programa estiveram entre os pontos centrais das apresentações e debates do 15º Fórum SAE Brasil de Tecnologias Diesel e Alternativas para Veículos Comerciais e Fora de Estrada, realizado esta semana em Curitiba (PR).

Integrantes da indústria de caminhões e ônibus e especialistas que estiveram no evento esperam que as metas de eficiência sejam endereçadas pelo governo até o fim deste ano, quase ao mesmo tempo que o Proconve P8, que vai regular a próxima etapa da legislação de redução de emissões de poluentes de veículos pesados para níveis parecidos com o Euro 6, da União Europeia. A expectativa é que ambos entrem em vigor a partir de 2023.



"Sugerimos ao governo adotar a mesma rota de eficiência energética para veículos comerciais da União Europeia, com adoção do programa Vecto adaptado às condições do Brasil, por uma questão de harmonização que temos aqui com os fabricantes europeus e os modelos de caminhões e ônibus", disse Alexandre Parker, diretor de assuntos governamentais da Volvo do Brasil.

O programa europeu estabeleceu em maio passado ano redução de 15% até 2025 e de 30% até 2030 nas emissões de gramas de CO2 por tonelada transportada por quilômetro (g/t.km) dos veículos comerciais, a partir dos números que serão apurados em 2019, levando em conta o consumo do motor e influência de transmissão e arrasto aerodinâmico de cada veículo.

ROTEIRO COMPLEXO

Parker foi um dos representantes da associação dos fabricantes, a Anfavea, e da Associação de Engenharia Automotiva (AEA) nas discussões sobre a adoção de metas de eficiência energética para caminhões e ônibus no Brasil. Durante o Fórum Diesel da SAE ele destacou a dificuldade em se adotar um padrão para pesados:

"Automóveis têm padrões parecidos, é só colocar em uma bancada e medir as emissões. Com veículos comerciais isso é muito mais complexo, há diversos elementos a se considerar, cada um é feito conforme o cliente precisa, têm implementos e aplicações diferentes. Não é a mesma coisa a eficiência de um ônibus no anda-e-para da cidade, de um caminhão rodando em plantação de cana ou de um cavalo mecânico puxando mais de 70 toneladas em uma estrada. É necessário muitos estudos e comparações antes de se fixar um número", argumenta.

A proposta apresentada ao governo brasileiro tem três ciclos – todos ainda sem data para acontecer enquanto se espera pelo P8. O primeiro ciclo seria usado como um treinamento, para coletar dados de caminhões e ônibus P7/Euro 5, para introduzi-los nos parâmetros do Vecto europeu e fazer simulações.

A segunda etapa seria para captar dados de veículos P8, criar uma base de comparação e fixar metas futuras de redução de consumo e emissões de CO2. Por fim, o último passo seria divulgar a eficiência energética medida de cada veículo – como acontece hoje com a etiquetagem veicular do Inmetro que faz o mesmo com veículos leves a gasolina e etanol – e fiscalizar o atendimento dos objetivos.

Tudo isso seria feito em conjunto entre agências governamentais como Inmetro e Ibama e entidades representativas de todos os segmentos da indústria, que além dos fabricantes de veículos representados pela Anfavea, também envolve encarroçadores de ônibus (Fabus), fornecedores de implementos rodoviários como carretas e carrocerias (Anfir), associação dos transportadores (NTC), entidade consultiva de engenharia (AEA), entre outras.

Parker confia que o programa "deve ser aprovado até o fim do ano", mas reconheceu que a fixação de objetivos e datas depende da aprovação, antes, do P8/Euro 6 pelo Conama, do Ministério do Meio Ambiente. A última fase do Proconve para pesados, a P7, equivalente a Euro 5, entrou em vigor em 2012 e depois disso não foi estabelecida até agora uma data para o ciclo seguinte, esperado para 2023.

DIREÇÃO NECESSÁRIA

Debatendo sobre a demora e conveniência de se adotar um programa robusto de emissões no Brasil, tanto para limitar poluentes quanto gases de efeito estufa (CO2),

os participantes do painel que tratou da eficiência do powertrain durante o Fórum Diesel da SAE foram unânimes em afirmar que a regulamentação é necessária.

Independentemente de qualquer regulação de eficiência energética, reduzir consumo – e emissões por consequência – já é uma obrigação dos fabricantes de caminhões e ônibus para conquistar clientes, que têm no combustível algo como 70% de seus custos.

“Mesmo sem regulamentação a indústria se move. Mas é difícil remar para o mesmo lugar sem saber para onde ir. Por isso ter um norte é importante para que todos avancem no mesmo rumo”, avalia Adriano Rishi, diretor executivo de engenharia da Cummins Brasil.

“Incertezas e crises políticas e econômicas podem atrasar a evolução tecnológica natural da indústria, mas com uma regulamentação isso acontece independentemente do cenário. Por isso é importante regulamentar”, afirmou Georges Glyniadakis, líder da unidade de desenvolvimento de veículos comerciais da AVL South America, que fornece equipamento de testes.

Ele avaliou que o aperto futuro nas metas de eficiência energética vai trazer ao Brasil tecnologias de eletrificação do powertrain de caminhões e ônibus, em uma escala de hibridização gradual e crescente, começando com sistemas elétricos de 48 volts que apenas ajudam o motor diesel a economizar.

Toda a indústria precisa saber onde apostar suas fichas. “Quando se define a altura que se quer pular, você começa a treinar para isso até conseguir”, definiu Carlos Sena, engenheiro-líder de desenvolvimento de novos produtos da Eaton, que fabrica transmissões. Ele destacou que a regulamentação de metas de eficiência vai necessariamente trazer ao Brasil a adoção de transmissões mais eficientes.

Na sua apresentação, Rishi, da Cummins, mostrou o programa de eficiência energética para veículos comerciais nos Estados Unidos, que vem sendo desenvolvido desde 2007 e só há dois anos começou a ser adotado, com horizonte de metas diferentes de reduções para cada tipo de veículo de CO2 a cada três anos até 2030. Isso obrigou a indústria a se movimentar.

“Diante de outros programas no mundo não vejo que estamos atrasados. Europa e Estados Unidos levaram de sete a oito anos para implantar seus programas. Já temos um roteiro desenhado e vamos fazer com base nos melhores exemplos, mas não dá para fazer isso em dois ou três anos”, pontuou Parker.

Logística vai passar por profunda transformação

16/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 15-08-2018)



Estudo da DHL mostra que setor precisará incorporar novas tecnologias, melhorar a experiência do consumidor

“A digitalização é a maior oportunidade para as empresas logísticas desde a globalização”, é assim que Matthias Heutger e Dr. Markus Kückelhaus, líderes de inovação da DHL, abrem o estudo Logistics Trend Radar, que analisa o impacto de 28

megatendências globais na cadeia logística. Para elaborar o levantamento, a companhia entrevistou 10 mil profissionais do setor em todo o mundo.

Segundo o relatório, a era digital traz uma série de tecnologias que podem representar ganho de eficiência na cadeia logística, redução do impacto ambiental, o desenvolvimento de novos modelos de negócio e melhoria da experiência do consumidor. A evolução, no entanto, dependerá da capacidade de inovar das empresas do setor.

O estudo destaca que, cada vez mais, o segmento vai incorporar recursos como inteligência artificial e blockchain, um banco de dados que permite armazenar informações em tempo real e ordem cronológica, à prova de fraude ou ataque hacker.

Ao cruzar tendências da sociedade com o avanço tecnológico, a pesquisa concluiu que novos serviços de logística devem ser integrados às casas inteligentes. O transporte urbano de mercadorias tende a passar por profunda transformação, principalmente em sua última etapa, chamada de última milha.

A expectativa é de melhoria radical na experiência do cliente, com mais rapidez e conveniência nas entregas. O crescimento do e-commerce puxará também o aumento da demanda por logística B2B, entre empresas.

Outra evolução detectada pelo levantamento é o das oportunidades na chamada Fresh Chain, o transporte de bens sensíveis ao tempo e à temperatura, como alimentos e remédios. Neste segmento há enorme oportunidade de inovar no armazenamento, embalagens e entrega das mercadorias, aponta a DHL.

Financiamentos de veículos novos avançam 15% em julho na comparação anual

16/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 15-08-2018)



O volume de **veículos novos** financiados em julho cresceu 15% na comparação com o resultado de mesmo mês do ano passado, ao atingir as 171 mil unidades, na soma de leves e pesados, contra as 148,9 mil de um ano atrás, de acordo com dados divulgados na quarta-feira, 15, pela B3, empresa derivada da fusão entre BM&FBOVESPA e Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), base integrada de informações que reúne o cadastro de veículos dados como garantia em operações de crédito em todo Brasil.



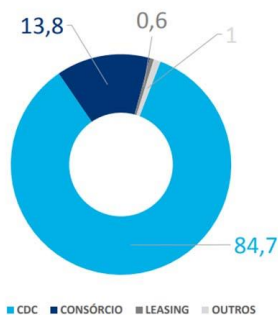
Entre os veículos novos, o segmento de automóveis e comerciais leves cresceu os

mesmos 15% em julho, mas foram os pesados que impulsionaram o resultado geral, com alta de 55,6%.

Já no setor de veículos usados, o crescimento foi menor, de 3,2%, ao passar de 271,8 mil para 280,4 mil usados financiados.



O CDC – crédito direto ao consumidor – encerrou julho com quase 85% de participação em todos os contratos realizados durante o mês para a compra ou transferência de veículos. A modalidade vem registrando aumento de suas operações mês a mês, demonstrando maior benefício do que as demais opções de crédito. Por sua vez, o leasing também registrou aumento expressivo de 36% nas operações do mês passado, sempre considerando o comparativo com julho de 2017.



Período	CDC	Consórcio	Leasing	Outros	Total
Julho/2018	382.428	62.139	2.514	4.465	451.546
Julho/2017	349.941	61.554	3.935	5.379	420.809
Junho/2018	345.361	60.731	2.249	4.406	412.747

*Os dados referem-se a todas as categorias de veículos (autos leves, motos e pesados)

VARIACIONES	
CDC	Jul/18 X Jul/17 = 9,3% Jul/18 X Jun/18 = 10,7%
Consórcio	Jul/18 X Jul/17 = 1,0% Jul/18 X Jun/18 = 2,3%
Leasing	Jul/18 X Jul/17 = 36,1% Jul/18 X Jun/18 = 11,8%